



**DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**Ano XIV – nº 111 – Porto Alegre, sexta-feira, 24 de maio de 2019**

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**RESOLUÇÃO Nº 53, DE 23 DE MAIO DE 2019.**

Dispõe sobre a Política de Compras Sustentáveis no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta no processo 0002485-55.2015.4.04.8000, *ad referendum* do Conselho de Administração, e:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 170, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil, que trata da defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 3º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que cuida das normas para licitações e contratos da Administração Pública, e no Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o artigo 3º dessa Lei, estabelecendo critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal;

CONSIDERANDO a Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Mudança de Clima, com diretrizes ao estímulo e apoio à manutenção e promoções de padrões sustentáveis de produção e consumo e, como um de seus instrumentos, a adoção de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e a redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos;

CONSIDERANDO o grande potencial do poder público como agente de promoção do consumo mais sustentável, resolve:

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Estabelecer a Política de Compras Sustentáveis no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Art. 2º São objetivos desta Política:

- I - Estabelecer diretrizes de responsabilidade socioambiental nas compras do órgão.
- II - Promover a integração e a efetividade das ações de responsabilidade socioambiental.
- III - Promover a gestão eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos.

IV - Contribuir para o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Art. 3º Nas atividades relacionadas às compras do órgão, deverão ser considerados os seguintes princípios:

I - Sustentabilidade.

II - Prevenção e minimização dos impactos ambientais advindos da prestação jurisdicional.

III - Conservação do meio ambiente, visando à utilização das melhores práticas.

IV - Promoção da educação, capacitação, conscientização e sensibilização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente.

#### DAS CONTRATAÇÕES DE OBRAS, SERVIÇOS E COMPRA DE MATERIAIS

Art. 4º As especificações para aquisição de bens, contratação de serviços e obras no Tribunal Regional Federal da 4ª Região deverão ser elaboradas observando critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração, fabricação, transporte, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas, avaliando os impactos ambientais de todas as etapas do processo produtivo.

Parágrafo único. Para o disposto no *caput*, nas licitações públicas poderão ser estabelecidos critérios de preferência para as propostas que impliquem maior economia de energia, de água e de outros recursos naturais, geração inferior de resíduos e redução da emissão de gases do efeito estufa.

Art. 5º As especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia deverão considerar na sua elaboração a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Art. 6º A unidade socioambiental deverá promover esforços no sentido de incrementar a utilização de práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente, que compreendem as seguintes etapas:

I - estudo e avaliação de alternativas à aquisição de produtos e serviços solicitados, considerando:

a) a existência no mercado de alternativas sustentáveis considerando o ciclo de vida do produto;

b) a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo INMETRO; normas da ANVISA quanto à especificação e classificação, quando for o caso; as resoluções do CONAMA, no que couber;

c) o descarte adequado do produto ao fim de sua vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos;

II - especificação ou alteração de especificação já existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante;

III - lançamento ou atualização das especificações no sistema de compras e administração de material da instituição (GEAFIN).

Art. 7º Para a aquisição de bens, deverão ser observados, sempre que possível, os seguintes critérios de sustentabilidade:

I - bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

II - bens preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

III - bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Art. 8º Estimular, nos instrumentos convocatórios, o uso de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.

Art. 9º Nas aquisições de assinaturas de jornais, revistas e periódicos, sempre que disponíveis no mercado, considerar a priorização de versões eletrônicas.

Art. 10. Considerar, antes de iniciar um processo de aquisição, a disponibilidade e a vantagem de reutilização de bens, por meio de consulta ao fórum eletrônico de divulgação de matérias ociosos, constante do portal eletrônico de contratações públicas do Governo Federal - Comprasnet.

Art. 11. Incluir, sempre que possível, no termo de referência e na minuta de contrato de aquisições ou serviços que envolvam produtos, embalagens ou resíduos sujeitos à logística reversa obrigatória (pilhas, baterias, pneus, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, cartuchos de tinta, toner e cilindros, produtos eletroeletrônicos e seus componentes), cláusula prevendo a coleta, pela contratada, dos resíduos oriundos da contratação, para fins de devolução ao fabricante ou importador, responsáveis pela sua destinação final ambientalmente adequada.

Art. 12. A unidade socioambiental poderá ser consultada no processo de contratação e compra de materiais nos casos em que:

I - envolver aquisição ou serviço que envolva produto, embalagem ou resíduo sujeitos à logística reversa obrigatória;

II - haver no mercado alternativas mais sustentáveis considerando o ciclo de vida do produto.

Art. 13. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, Presidente**, em 23/05/2019, às 15:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **4676593** e o código CRC **A0791012**.